

Controle do Congresso mobiliza bancadas

DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — Os deputados e senadores eleitos em 3 de outubro deflagrarão uma nova campanha a partir de novembro: a Presidência da Câmara e do Senado — cargos que concentram o poder das duas Casas e ditam a velocidade de apreciação dos projetos de lei no Congresso. Na eleição da Mesa — nome atribuído ao conjunto de cargos que compõe o bureau político-administrativo da Casa — estará em jogo o controle de todo o sistema da Câmara e do Senado.

O controle das atividades do Legislativo gerou um quadro de polarização semelhante ao da eleição de 3 de outubro: de um lado, os governistas tentam aglutinar suas forças para eleger Presidentes e secretários capazes de barrar projetos antipáticos ao Executivo. De outro, a oposição fará toda uma articulação para evitar que o Presidente tenha influência direta sobre as decisões e andamento dos trabalhos do Legislativo.

Os assessores e técnicos do Congresso deixam claro que, se o Governo conseguir eleger a sua Mesa, terá mecanismos mais eficientes para segurar o trabalho da oposição. A Mesa governista poderá servir de represa para atos do Legislativo que sejam motivo de constrangimento entre os dois Poderes. Pode, inclusive, evitar desdobramentos judiciais de investigações.

A legislatura que termina seu mandato em dezembro evitou, por exemplo, que a Justiça processasse todos os envolvidos na intermediação de verbas do antigo Ministério do Planejamento. O caso ficou famoso com as investigações feitas através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado — a CPI da corrupção. O Vice-Presidente da Casa, Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) arquivou o processo no ano passado, quando assumiu interinamente a Presidência da Casa. Agora Inocêncio é candidato a Presidente.

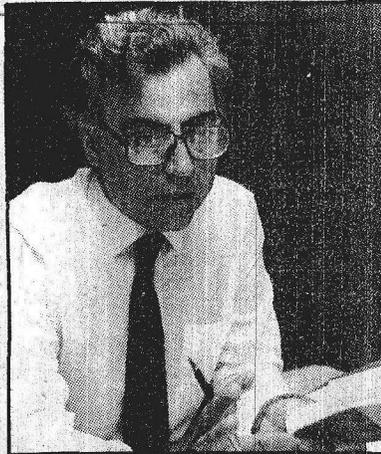
A Mesa organiza a pauta de votações e pode fazer com que os projetos sejam apreciados rapidamente ou engavetados. Decide ainda sobre a convocação de Ministros de Estado para prestar esclarecimentos, cobrança de pedidos de informações, formação de comissões parlamentares de inquérito. Nos bastidores, há ainda um poder dissimulado, relativo à concessão de "pequenos favores": carro especial, controle de apartamentos funcionais e passagens aéreas, computação de faltas dos parlamentares, licenças para tratamento de saúde, segurança.

Além da parte político-administrativa, a Presidência tem poder de decisão sobre as questões de ordem que os deputados e senadores colocam em discussão durante as votações. Numa das sessões de votação de Medidas Provisórias do Plano Collor, por exemplo, o Governo correu o risco de aprovar um projeto de conversão que determinava a liberação dos cruzados retidos de cadernetas de poupança. O Senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA) apresentou uma questão de ordem pedindo anulação da votação com base em dispositivos regimentais. A Mesa indeferiu a proposta alegando novos dispositivos regimentais.

A oposição está preparando uma estratégia para reformular a parte do regimento que estabelece as atribuições da Mesa e evitar que os governistas assumam o controle do Legislativo. Os Deputados Miro Teixeira (PDT-RJ), Nelson Jobim (PMDB-RS), Michel Temer (PMDB-SP) e Bonifácio de Andrada (PDS-RJ) estão elaborando um projeto de resolução que repassa para o funcionalismo da Casa todo o controle administrativo — passagens aéreas, presença de parlamentares, imóveis funcionais. O projeto visa a transformar a Mesa num bureau político, responsável pela representação da Casa, condução dos trabalhos de plenário, organização de pauta de votações e convocações de Ministros. Os membros da Mesa seriam escolhidos entre os parlamentares mais experientes em termos de Legislativo.

— A idéia é transformar a Mesa na instituição de maior status do Legislativo, com atribuições definidas e compostas por parlamentares que detêm o respeito da maioria da Casa. Não vamos apresentar candidatos. Vamos buscar uma chapa entre os parlamentares mais respeitados dentro de todos os partidos — afirma Miro Teixeira, que garante não ter interesse em disputar cargo.

O status que Miro pretende impor à Mesa está hoje personalizado somente na figura do Presidente. Os demais cargos têm função mais administrativa. O Primeiro Secretário é o supervisor dos serviços administrativos. O Segundo Secretário cuida das licenças de saúde, faltas dos parlamentares, etc. O terceiro Secretário é responsável pelas passagens aéreas. O quarto Secretário controla a concessão de imóveis funcionais. Os Presidentes representam o Legislativo em todas as solenidades e participam do Conselho da República, de Defesa Nacional. Além disso, o Presidente da Câmara é o terceiro na sucessão do Presidente.



Miro: escolha da Mesa será no voto



Inocêncio: candidato em potencial



Fiúza quer Presidência da Câmara



Sandra: Mesa só após a eleição